



**EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N. 0452, DE 2023**

“O inc. III do art. 2º do Projeto de lei n. 0452, de 2023, passa a tramitar com a seguinte redação:

Art. 2º .....

.....

I – .....

.....

II – inclusão transversal no currículo escolar, dos elementos e de conteúdo introdutório, nas seguintes áreas:

a) empreendedorismo;

b) educação financeira;

c) educação fiscal;

d) direito constitucional;

e) educação moral e cívica;

f) direito do consumidor;

g) novas tecnologias;

h) defesa civil;

i) meio ambiente e defesa animal”.

**Napoleão Bernardes,**  
Deputado Estadual



## JUSTIFICAÇÃO

Esta proposta acessória visa prestigiar, reconhecer e perpetuar os esforços dedicados ao programa de Educação Fiscal do Estado de Santa Catarina, por meio da sua Diretoria de Ensino.

Além de considerar o meio mais adequado, econômico e alinhado com a proposta original, também é necessário destacar a economicidade gerada para continuidade e fomento da proposta realizada até então, conforme depreende-se a partir dos esforços dedicados no próprio Manual Institucional de Orientação da Educação Fiscal, 'programa super legal'<sup>1</sup>.

Além disso, é importante destacar que a educação fiscal consensualmente definida na literatura e nos estudos econômicos como uma das mais eficientes ferramentas de desenvolvimento socioeconômico, conforme anexo.

**Napoleão Bernardes,**  
Deputado Estadual

---

<sup>1</sup> <https://www2.sed.sc.gov.br/documentos/educacao-fiscal/8310-manual-institucional-educacao-fiscal/file>  
Manual Institucional de Orientação da Educação Fiscal, 'Programa Super Legal'.



**ANEXO**

Revista Brasileira de Contabilidade

Artigo – ‘Educação Fiscal, um caminho para o desenvolvimento sustentável’

# **rbc** REVISTA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE

REVISTA EDITADA PELO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – ANO LII Nº 263 – SET/OUT 2023



Reportagem

## Educação fiscal: um caminho para o desenvolvimento sustentável

Artigos abordam importantes temas para a profissão



REPORTAGEM

## Educação fiscal: um caminho para o desenvolvimento sustentável

Por Lorena Molter / Comunicação CFC

Há diferentes propostas sobre como os países podem superar seus problemas socioeconômicos e alcançar o desenvolvimento sustentável. A educação fiscal da população, das empresas e dos governos é um dos meios de se buscar o crescimento dos países. Os tributos aplicados corretamente garantem qualidade de vida e bem-estar social e elevam as nações a outros patamares. Nesse contexto, os profissionais podem ser aliados da sociedade e dos governos, a partir dos conhecimentos técnicos que possuem.

No mundo, são adotadas diferentes medidas para que os índices de desenvolvimento e de progresso dos países e de suas populações sejam mensurados. Os meios mais comuns de se transformar essas realidades em números são o Produto Interno Bruto (PIB) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Segundo os rankings da Austin Rating e do Fundo Monetário Internacional (FMI), divulgado no final de 2022, em termos de PIB, o Brasil está entre as 20 maiores economias do mundo, ocupando o 12º lugar. Em relação ao IDH, terminou o ano anterior na posição 87, entre 191 nações, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o

Desenvolvimento (PNUD), da Organização das Nações Unidas (ONU).

Embora o Brasil tenha um dos maiores PIBs do planeta e possua um IDH considerado alto, a desigualdade social nacional – uma das maiores do mundo – traz inúmeros desafios para os seus governos. A qualidade dos serviços ofertados à população, como saúde, educação, segurança, saneamento básico, entre outros, ainda enfrenta problemas, comprometendo a qualidade de vida de muitos brasileiros.

Um dos caminhos para solucionar essas questões é, justamente, a correta e estratégica aplicação dos impostos. Somado a isso, é funda-

mental o controle social, de modo que a população possa acompanhar e fiscalizar as ações do Governo. Entretanto, para que isso aconteça, a educação fiscal deve estar solidificada e difundida na sociedade. O professor mestre Paulo Henrique Pêgas, do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC-RJ), faz um resumo sobre quais informações a população deve ter conhecimento e acesso a respeito dos tributos que paga. “De forma simples, a população deve entender por que e sobre o que paga impostos (patrimônio, renda, consumo, relações trabalhistas/ encargos sociais) e para onde eles são destinados”, pontua.



A educação fiscal é mais do que um meio de preparar as pessoas para realizarem um bom controle social. Entender toda a dinâmica que envolve o pagamento de tributos e a sua aplicação efetiva é um dos caminhos de promoção da inclusão social e da cidadania. Segundo o professor doutor Emanuel Marcos Lima, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), os tributos são os recursos necessários para o desenvolvimento das sociedades e do estado de bem-estar social. “É por meio da arrecadação de tributos que os governos realizam as ações necessárias, não só para o desenvolvimento do país, mas também para o cumprimento dos direitos sociais estabelecidos na Constituição Federal. É importante destacar que, a partir do desenvolvimento da educação fiscal, torna-se possível à população a compreensão acerca da finalidade dos tributos, do princípio da capacidade contributiva e de que, em uma sociedade organizada, quem tem mais capacidade econômica deve contribuir mais, pois, dessa forma, será possível promover as inclusões necessárias e a cidadania”, explica.

Pêgas esclarece ainda que a educação fiscal é algo tão essencial, que, na realidade, deveria estar presente no currículo escolar. O acadêmico ainda discorre como esse conhecimento pode trazer um olhar mais responsável da população quanto aos impactos do pagamento dos tributos e a sua correta aplicação. “No meu entendimento, a educação fiscal é algo fundamental e deveria ser ensinada desde os primeiros anos de estudo. Temos um país com mais de 200 milhões de pessoas, com gritante desigualdade social e enormes diferenças regionais. É fundamental entender a função dos tributos na promoção do bem comum; entender que, quando alguém não paga o imposto que deveria, toda a sociedade precisará cobrir aquele valor”, destaca.



Tabela 1 - Pontos que impactam a arrecadação dos tributos

Aspecto	Análise
Simplicidade do sistema tributário	Infelizmente, o nosso sistema tributário é bastante complexo, gerando interpretações divergentes entre o Governo e a sociedade. Além disso provoca longas ações no Judiciário, elevando, dessa forma, o custo de conformidade.
Custo de conformidade	O Brasil, de acordo com o Banco Mundial, possui um dos mais elevados custos de conformidade tributária para as empresas, fator que eleva os custos dos produtos e afeta a competitividade.
Confiança nas autoridades	Pesquisas indicam que a desconfiança nas autoridades e altos níveis de corrupção podem aumentar a evasão fiscal e, dessa forma, reduzir a conformidade tributária.

Fonte: professor doutor Emanuel Lima.

O professor Emanuel Lima elenca três pontos, que impactam a arrecadação dos tributos, a partir dos quais diz acreditar que a questão do recolhimento correto dos tributos deve ser analisada. Veja na tabela acima

Lima argumenta sobre o porquê de esses tópicos serem considerados nas observações sobre o recolhimento dos impostos. “Esses aspectos, entretanto, são necessários para compreendermos que as dificuldades no entendimento e na aplicação da legislação tributária podem impactar o recolhimento dos tributos. Por outro lado, é importante destacar que os tributos pagos pelo consumidor, pois estão incluídos nos preços dos produtos e serviços, são fundamentais para o atendimento das necessidades da sociedade e do desenvolvimento do país”, conclui.

### Profissional da contabilidade: um aliado da sociedade

Os contadores e os técnicos em contabilidade podem ser parceiros da sociedade na dinâmica que envolve os tributos. O professor Pêgas explica que isso ocorre quando esses profissionais esclarecem “corretamente para a sociedade como é a tributação nas empresas de pequeno, médio e grande porte e como isso afeta o dia a dia de todos nós”.



Foto: Acervo pessoal

Paulo Henrique Pêgas, professor mestre do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC-RJ)



Foto: Acervo pessoal

Emanuel Marcos Lima, professor doutor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)



“É por meio da arrecadação de tributos que os governos realizam as ações necessárias não só para o desenvolvimento do país, mas também para o cumprimento dos direitos sociais estabelecidos na Constituição Federal.”

Já Lima lembra que a própria natureza das atividades da classe contábil e os seus conhecimentos técnicos a coloca em posição de destaque no cenário tributário brasileiro. “O profissional da contabilidade é o principal ator na arrecadação dos tributos, haja vista que é o profissional responsável pela apuração e pela elaboração de documentos para o recolhimento dos tributos”, contextualiza.

A Contabilidade possui um alcance que influencia profundamente o desenvolvimento socioeconômico e sustentável do país. Em um primeiro olhar, nota-se a grande participação da área na movimentação do calendário tributário brasileiro. Por outro ângulo, os contadores são consultores de negócios e importantes fontes de informação, sendo peças-chave na sobrevivência e na expansão das empresas. “Dado esse protagonismo, o profissional da contabilidade, além de apurar corretamente os tributos, deve contribuir com o desenvolvimento e o crescimento das empresas, fornecendo informações tempestivas, não só tributárias, mas também econômicas e financeiras necessárias para a gestão dos negócios”, analisa Lima.

Todo esse conhecimento especializado pode ser empregado no

assessoramento dos governos, que também precisam de atualizações sobre a estrutura tributária e o seu bom funcionamento. Pêgas propõe como o profissional da contabilidade pode contribuir com os governos na configuração que envolve os tributos. “Alimentando os tomadores de decisão em relação às políticas públicas com as ‘dores’ das empresas, sejam elas de pequeno, médio ou de grande porte, ainda devem colaborar no sentido de simplificação do sistema tributário atual. Quanto menos complexo for o modelo, menos distorções serão geradas”, salienta.

Outro aliado da educação fiscal é o meio acadêmico, que alimenta o mercado com novidades a partir das pesquisas e dos estudos que realiza, como fala Lima: “A educação fiscal é um tema fundamental para toda a sociedade e, dessa forma, a academia pode contribuir com essa temática, produzindo, por meio de estudos e pesquisas, instrumentos que podem auxiliar no desenvolvimento de ações transversais, contribuindo, portanto, com a formação das novas gerações. Além disso, é na academia que são transmitidos os conhecimentos aos futuros profissionais e, dessa forma, desempenham papel fundamental quando se trata de educação fiscal”.

### Educação fiscal e sustentabilidade

A arrecadação tributária vai muito além do pagamento de impostos, sendo um meio de edificar as nações. A verba bem aplicada no presente constituirá a fundação para a construção de um futuro consistente, marcado pela justiça social, pela qualidade de vida da população e pela sustentabilidade dos países. “A educação fiscal pode contribuir significativamente para o desenvolvimento sustentável, haja vista que os recursos arrecadados com tributos serão aplicados em educação, saúde, habitação, etc., não somente com a geração atual, mas também pensando nas futuras gerações”, realça Lima.

O professor Emanuel Lima finaliza explicando que é necessário o emprego de recursos no campo da educação fiscal, como uma via de crescimento. “Importante ressaltar que, assim como são necessários investimentos para a formação de profissionais para o atendimento das necessidades do mercado, é fundamental que os governos realizem investimentos com a educação fiscal, visando ao desenvolvimento sustentável e à melhoria da qualidade de vida e ao atendimento das necessidades da população no presente e no futuro”, conclui.